

**Resumo**

A gestão da informação no campo da política pública de assistência social é apresentada por meio das concepções centrais desse inédito incremento para a prática de gestão e de controle social da política. A tecnologia da informação atua como suporte para o desenvolvimento do sistema de informação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, alcançando todos os setores que operacionalizam esse direito social e dele são usuários. A REDE SUAS é o sistema de informação do SUAS, e as idéias-base, debatidas com representantes dos municípios e estados, foram consolidadas visando a sua constituição. Desenvolvida em consonância com os princípios da Política Nacional de Assistência Social/2004 e Norma Operacional Básica do SUAS é hoje considerada como um dos instrumentos de gestão do SUAS.

**Palavras-chave:** Informação, Assistência Social, Gestão e Sistemas de informação.

**Abstract**

Information management in the public politics of social assistance is introduced through the central concepts of that unheard increment for the practice of the management and social control of the politics. The information technology works out as a support for the development of the information system of the *Sistema Único de Assistência Social - SUAS (Unified System for Social Assistance)*, reaching all the sectors that work out that social right and are users of it. REDE SUAS is the information system of the SUAS, which had its former ideas discussed by municipal and state representatives aiming its building. It was projected in view with the principles of the National Politics of Social Assistance/2004 and with the SUAS Basic Operational Rule and is considered as one of the management instruments of the SUAS.

**Key words:** Information, Social Assistance, Management and Information Systems.

Dentre os desafios colocados pela Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 - está o estabelecimento de uma nova lógica de concepção, planejamento e gestão dessa política pública. A realização da incumbência exigiu a inauguração de processos organizacionais e tecnológicos inéditos, que envolveram, e envolvem ainda, várias etapas de formulação, deliberação e pactuação e, continuamente, requisita o estabelecimento de condições institucionais e materiais responsáveis, conseqüentes e adequadas ao tamanho da tarefa. As objetivações da PNAS/2004 referentes à gestão da informação, ao monitoramento e avaliação das ações praticadas no setor são determinantes, e aparecem como uma das colunas da estrutura político-institucional projetada para essa área, conforme ali definido:

A formulação e a implantação de um sistema de monitoramento e avaliação e um sistema de informação em assistência social são providências urgentes e ferramentas essenciais a serem desencadeadas para a consolidação da Política Nacional de Assistência Social e para a implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Trata-se, pois, de construção prioritária e fundamental que deve ser coletiva e envolver esforços dos três entes da federação. (PNAS, p.18, 2004)

Passa a representar, assim, uma das mais relevantes coordenadas do curso de alterações que ocorrem a partir daí. Para ser traduzida em ações concretas, a requisição da PNAS 2004, é explícita:

(...) O que se pretende claramente com tal deliberação é a implantação de políticas articuladas de informação, monitoramento e avaliação que realmente promovam novos patamares de desenvolvimento da política de assistência social no Brasil, das ações realizadas e da utilização de recursos, favorecendo a participação, o controle social e uma gestão otimizada da política. Desenhados de forma a fortalecer a democratização da informação, na amplitude de circunstâncias que perfazem a política de assistência social, estas políticas e as ações resultantes deverão pautar-se principalmente na criação de sistemas de informação, que serão base estruturante e produto do Sistema Único de Assistência Social, e na integração das bases de dados de interesse para o campo socioassistencial, com a definição de indicadores específicos de política pública. (Ibid, 2004).

No centro dessa decisão nacionalmente pactuada está o reconhecimento de que a busca e formulação da cidadania são também fomentadas por ferramentas tecnológicas e informacionais que facultem o melhor acontecimento do direito. Com isso, garante-se, simultaneamente, que as inovações nas estruturas de gestão da política se estabeleçam de forma a influir proativamente nas tarefas, responsabilidades e co-responsabilidades inerentes ao processo de implementação do direito à assistência social e que asseverem a ampliação de condições para o aprofundamento das relações democráticas entre o governo e a sociedade.

Ademais, com essa indicação, a PNAS/2004 resolve duas situações que sempre criaram embaraço para os gestores, trabalhadores, entidades e usuários da política de assistência social: atende a recorrente deliberação contida nas grades finais de todas as Conferências Nacionais de Assistência Social sobre um sistema de informação para área, ao tempo que atualiza a operação da política com as melhores práticas de modernização facultadas pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação. Nesse último caso, põe um termo final no tempo das acanhadas práticas de gestão e alinha a política de assistência social ao contexto e ao debate que se destacam e possuem relevância no setor público hoje, qual seja, a associação dos instrumentos e condições tecnológicas de produção, recebimento, armazenamento e entrega de dados e informação com as operações de uma gestão democrática, do financiamento e do controle social das políticas públicas.

Algumas noções inspiraram o processo de formulação do sistema que viria a nos livrar dos vazios de informação da área e favorecer, finalmente, o ensejo de gerir dados, gerar informação e produzi-la a favor da política sem, entretanto, confundir meios com resultados, ou seja, sem hipervalorizar a área específica e fazer dela panacéia dos grandes desafios pautados para essa política pública. Entre essas noções, enfatizam-se algumas: a compreensão da gestão da informação, adensada pelo sofisticado suporte tecnológico da atualidade, como uma estratégia central para processar transações e decidir no contexto da política; a determinação em adicionar volume e qualidade ao pífio agregado então existente de dados sobre o acontecimento da política em si, seus detalhes e dimensões mais básicas,

objetivando diminuir incertezas e fazê-la acontecer na perspectiva de quem a formula, de quem a controla e de quem a ela tem direito; a certeza que o tratamento dos dados produzidos na área para a geração de informação daí decorrente teria como cenário projetado, o desenvolvimento de processos e produtos que pudessem concorrer para alterações substantivas nos modelos institucionais de gestão e, sobretudo, no alcance, na resolutividade e na visibilidade da ação da política.

Em outros termos, admitiu-se que as amplas possibilidades de conjugação entre tecnologia da informação e política pública pudessem influir, favoravelmente, para a implantação do direito social como dever do estado.

Esse foi um dos pontos de partida para a formulação de um sistema de informação que facultasse um campo de gestão da informação para a assistência social, de dimensão nacional, super necessário e extremamente relevante, não reduzido à automatização de processos e à informatização e/ou instalação de aplicativos e ferramentas computacionais no setor. No centro dessa operação, está precisamente uma nova cultura a ser impregnada na gestão (administrativa e financeira) e no controle social, fundamentando um domínio de modernização administrativa relacionado necessariamente a um vigoroso exercício de democracia. Também por isso, ressalta-se o repertório coletivo presente no planejamento e implementação de um sistema nacional de informação para o SUAS, tencionado constantemente pelas necessidades e aspirações de todos os setores implicados no âmbito do SUAS nas três esferas de gestão.

### **Tecnologia, gestão da informação e política pública**

A bibliografia sobre o conceito de informação e sua gestão por meio de ferramentas tecnológicas é farta e também discutível, uma composição que varia entre pensamentos simplistas, ideários ambiciosos, recitativos comuns, simulacros e críticas. Sem grandes desacordos, entretanto, no que concerne à gestão da informação, essa literatura aponta como seu escopo privilegiado, tornar-se suporte para o alcance dos objetivos e obrigações das organizações. Há uma saturação de vertentes sobre esses conceitos, que acabam por convir, efetivamente, a uma multiplicidade de disciplinas, capacitando-as - com certa assimilação, certo sentido e certo manuseio -, ao desenvolvimento de seus objetivos e das novas conjunturas que ensejam. Esse debate, específico e instigante, impreciso e inacabado, não poderá ser matéria desse artigo, porém é conveniente que se estabeleçam algumas pontuações sobre ele.

Sem transigir à profundidade que o exame merece e requer, poucos duvidam que uma importante interseção envolvendo processos econômicos, culturais, políticos, sociais e cognitivos vêm determinando modificações na cena contemporânea mundial. Em uma importante parte, credita-se este movimento a avanços tecnológicos<sup>1</sup> que culminam por construir um período onde novas maneiras e possibilidades de viver vão sendo assentadas. A dimensão desses avanços, nem um pouco linear, abre potencialidades certamente excepcionais em variados aspectos na vida da humanidade assim como pode ampliar o recrudescimento de situações complexas. Ainda que seja inevitável a percepção que se assiste a importantes mudanças, que ocorrem em velocidade e com conseqüências diferentes de região para região, qualitativa e quantitativamente, as apreciações sobre estes acontecimentos e suas implicações, são notórias em divergirem entre si.

O que parece central é que não há como não tomar contato com a proeminente medida com que a informação atua na sociedade, instituindo/ocupando espaços e estabelecendo alcances nunca antes experimentados. Para a maioria dos autores, parece haver uma espécie de ‘filtro informacional’ que absorve o domínio físico e cultural, que é granjeado por meio da poderosa convergência de tecnologias e suas aplicações em diversas áreas, de forma mais incisiva, com a aplicação da tecnologia microeletrônica na informação, e sua tradução na computação e comunicação. Uma década atrás SCHAFF (1995) fazia referência ao fato de que andava em curso uma revolução microeletrônica baseada na informação que já fazia parte do cotidiano das pessoas. Isso ocorre amplamente, nos tempos atuais, mesmo que nem sempre nos demos conta disso: editoração eletrônica; educação, compras e relacionamentos à distância, jogos e diversão baseados no computador; moeda eletrônica; navegação pela teia mundial de computadores relacionados – a internet; novos padrões de comunicação; a propagação das comunidades virtuais que se estabelecem por entre interfaces gráficas, por hipermídias e hipertextos no ciberespaço; a telefonia *voip*; a televisão digital, a televisão sob demanda; o correio eletrônico; a oferta de serviços e produtos em um ‘mercado de virtualidades’ com a distribuição e aquisição consideráveis; a busca e obtenção instantânea de informações de qualquer tipo; a tele medicina; o tele trabalho; a biotecnologia, as bibliotecas digitais; o virtual como existência potencial, tendendo a atualizar-se (MORAES, 2001) entre tantos exemplos.

---

<sup>1</sup> Para abreviar a explicação a termos mais ordinários pode-se afirmar que as chamadas novas tecnologias abarcam um conjunto de aplicações provenientes de descobertas científicas, cujo cerne concentra-se no desenvolvimento de uma hiper capacidade de tratamento da informação, de seu emprego direto no processo produtivo e de suas reverberações nas relações sociais. (TAPAJÓS, 2003)

Esses avanços, os modos de seu estabelecimento, os conteúdos decorrentes que se consolidam, diversos e desiguais, têm especial atenção dos analistas, inclusive por expandir-se em uma das expressões mais significativas do propalado estiramento do mundo, uma globalização jamais imaginada. Ela vai além, segundo IANNI (1988) da noção de internacionalização, abarcando novos e intrigantes códigos:

[...] pode ser vista como um processo histórico-social de vastas proporções, abalando mais ou menos drasticamente os quadros sociais e mentais de referência de indivíduos e coletividades. Rompe e recria o mapa do mundo, inaugurando outros processos, outras estruturas e outras formas de sociabilidade, que se articulam e se impõem aos povos, tribos, nações e nacionalidades. Muito do que parecia estabelecido em termos de conceitos, categorias ou interpretações, relativo aos mais diversos aspectos da realidade social, parece perder significado, tornar-se anacrônico ou adquirir outros sentidos. Os territórios e as fronteiras, os regimes políticos e os estilos de vida, as culturas e as civilizações parecem mesclar-se, tensionar-se e dinamizar-se em outras modalidades, direções ou possibilidades. As coisas, as gentes e as idéias movem-se em múltiplas direções, desenraízam-se, tornam-se volantes ou simplesmente desterritorializam-se. Alteram-se as sensações e as noções de próximo e distante, lento e rápido, instantâneo e ubíquo, passado e presente, atual e remoto, visível e invisível, singular e universal. (IANNI, 1998, p. 33).

Os saltos mencionados expressam a produção de novas ou modificadas formações societárias, com suas especificidades e esgotamentos, que estão a pautar novos desafios e a demandar uma percepção de sentido para as mutações vividas em profundidade no contemporâneo, ainda em constituição. Por isso, é imperativo acautelar-se e ponderar que, contíguo ao desenvolvimento científico-tecnológico de última geração, convivem as potencialidades de dilatar e aperfeiçoar a vida humana e ou de precarizá-la ainda mais. Assim como a realidade, a interpretação deste ‘mundo novo’, deste ‘velho mundo novo’, ou mesmo deste mundo ‘complexo e misturado’<sup>2</sup> (SANTOS, 2000), de características diferentes é, a um só tempo, vertiginosa e contraditória ainda que o diapasão que parece atravessar as análises seja, determinadamente, a verificação da clivagem que parece peculiarizar este ciclo, *num espaço sem tempo, mas num mundo com todos* (SERAFIM, 2002).

Internalizado de várias formas, ora redencionistas, ora revolucionárias, ora nova-paradigmáticas, ora propulsoras de uma nova era, entre tantas possibilidades, processos e condições, esse mundo onde ‘chega-se sem a necessidade física de partir’ é frequentemente exposto em uma *novilíngua* (BOURDIEU, 2000) muito apropriada: sociedade informática, sociedade da informação, cidadania informacional, cibercidadania, redes sociocomputrônicas, governos eletrônicos, era da inteligência, simultaneidade de ausências e presenças, tecnofilia,

---

<sup>2</sup> Para aproximar-se desse ‘recomeço da história’, Milton Santos afirma que (...) *a grande mutação tecnológica é dada com a emergência das técnicas da informação, as quais, ao contrário das técnicas das máquinas, são constitucionalmente divisíveis, flexíveis e dóceis, adaptáveis a todos os meios e culturas, ainda que o seu uso perverso atual seja subordinado aos interesses dos grandes capitais. Mas, quando sua utilização for democratizada, essas técnicas doces estarão a serviço do homem.* Disponível em < [http://www1.folha.uol.com.br/fof/brasil500/dc\\_3\\_1.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fof/brasil500/dc_3_1.htm)>. Acesso em 08 de junho de 2006

tecnofobia, entre outras expressões.

Porém, não obstante a prudência, é importante que não se lateralize o alcance das potencialidades abertas por estes novos adventos. Com isto, a aposta que parece mais congruente é de que esses não configuram um movimento avulso e isolado na área da ciência ou das diversas tecnologias, e que seus efeitos não são somente resultados dessas. Assim, é vantajoso verificar que as novas inventividades tecnológicas e sua utilização não se estabelecem como um processo linear, mas por meio de uma convivência repleta de contradições onde escolhas e decisões evidenciam a forma como se associa a esse contexto. Dessa maneira, tanto o desenvolvimento tecnológico, como seus desdobramentos, se operam a partir de e por movimentos contraditórios em sua constituição, e assim devem ser conhecidos.

Outra nota merece destaque no debate: o advento das modificações evidenciadas não só se centram nas tecnologias que permitem a captação, geração, armazenamento e distribuição da informação, mas também, e isto é muito significativo, na atual capacidade superlativa de utilizá-la com propósitos claros. É acertado ponderar que essa não é mais uma área restrita a tecnólogos e informatas e, assim, as disciplinas que a incorporam precisam apropriar-se dela, no sentido de garantir um *outro lugar e um outro modo de atingir*<sup>3</sup> os objetivos desenhados (SERAFIM, 2002). A utilização de diligências como essa requisita a habilidade em saber usar a informação e transformá-la em informação produtiva para sua ação. Dessa forma, a geração de fontes automatizadas de dados, e sua conseqüente transformação em informação qualificada, pleiteiam ainda mais a convivência com um aporte teórico expressivo, servindo de escudo contra as práticas reiterativas do mero cumprimento de rotinas e procedimentos sem a devida qualificação profissional. Nesse sentido, é indispensável compreender que o conceito de dado e informação não pode ser confundido, já que os dados representam os fatos na sua forma mais original e a informação, a sua representação.

Daí, a informação válida e, portanto, útil do ponto de vista da gestão de políticas públicas, é aquela que garante a ação técnica profissional para a sua melhor viabilização. Responder a este novo tempo pode significar a proliferação de iniciativas que sofisticem em agregar mais conteúdos e saberes em torno dessa atuação, e que oportunizem, em torno da

---

<sup>3</sup> Rosário Serafim, usando Vernon e Lynch avisam: *se ignorarmos a tecnologia (...) os trabalhadores não sociais irão fazê-lo por nós, para nós, por cima de nós, por trás de nós, e para além de nós, mas não conosco.* (SERAFIM, 2002)

intencionalidade da ação, uma nova ausculta de demandas e das necessidades da população e incremento nos formatos da gestão, oportunizando assegurar os interesses legítimos dos grupos presentes nos processos da política, sobretudo do usuário de direitos. É justamente esse o processo (indo para além do terminal), onde se transforma a informação agregada em uma informação social e politicamente útil e utilizável:

É importante notar que (...) se abrem as possibilidades de ruptura e de subversão das abordagens tradicionais de comunicação, tanto de quem produz como de quem recebe, tendo interrompido uma confinamento de séculos. Ora, a subversão à habitual cultura verticalizada, de propriedade de poucos, no caso da informação política, aprimora uma nova ordem de recursos, que podem significar a construção de inovadoras forças e atores políticos, na perspectiva de implementação de políticas públicas e de um debate enriquecido das forças sociais, no tempo das atuais e futuras tecnologias (TAPAJÓS et al, 2000).

Longe de constituir um processo automático e óbvio, como pode parecer, este potencial precisa ser considerado no enredo em que é desenvolvido, e diante de situações e opções que contraditoriamente irão possibilitá-lo ou vetá-lo, mas que o caracterizam indistintamente. Isso porque, a informação não é um objetivo em si mesmo. O tipo de tratamento que para ela se define (produção, tratamento e disseminação) tanto pode auxiliar os sujeitos em suas questões, atingindo um potencial para alteração de situações (individuais e coletivas), por meio de processos de reapropriação ou de agregação de valor, como pode fortalecer estruturas fechadas, onde o poder e o saber tornam-se ainda mais concentrados. É o mesmo que dizer que o uso de diferentes metodologias, técnicas de produção e tratamento da informação comprovam que esta pode ser construída por diversos meios, e utilizada para diversos fins, adquirindo as características do processo social e político onde se realiza:

Faz toda diferença aproximar-se planejada e decididamente de metodologias e tecnologias que favoreçam o desenvolvimento da política em sua integralidade e, sobretudo, que facultem a embocadura de uma 'inteligência' própria da assistência social. O presente é ávido pelo cálculo de rotas e é marco zero na produção de sistemas que estejam a serviço da política e não o contrário. Tomar a direção nesse processo, estabelecendo parâmetros e determinando agenda de funcionalidades, nos reorienta como protagonistas e nos desembaraça da posição passiva de consumidores inertes defronte às possibilidades tecnológicas em voga e à disposição para serem usadas. Estabiliza-nos, ineditamente, como gestores de nossa informação produzida, válida e devastadora de incertezas que sempre nos singularizaram. (TAPAJÓS, 2005)

De forma mais geral, a gestão da informação pode habilitar-se como central para o alcance da resolutividade dos escopos político-institucionais e para a visibilidade desses. Atualmente é comum que organizações tirem extensa vantagem do potencial dos sistemas de informação integrados, por meio dos quais conseguem utilizar-se dos dados que produzem na perspectiva de modificar a condução de seus 'negócios', a oferta de seus serviços e produtos

e a identificação de problemas e soluções, aperfeiçoando-se. Exercida pelo processamento de dados provenientes de múltiplas fontes, a gestão da informação organiza e dispõe da informação relevante e útil no tempo (da necessidade) da tomada de decisão e da difusão de providências, pela área de gestão, além de assegurar o compartilhamento com transparência nos atos. Por isso, apesar de poder ser realizada de outra forma, vem sendo grandemente apoiada por aportes tecnológicos na área da informação e comunicação.

Nesse sentido, o fator tecnologia da informação (por meio da administração da informação e da informática) é decisivo para qualquer organização agilizar seus fluxos, confluir conectividades e acompanhar suas ações. A composição da aplicação desses incrementos com o mandato de política pública da assistência social, desenvolvida na forma do Sistema Único, materializa uma circunstância ainda inédita na história de gestão desta política pública no Brasil, tanto no que se refere ao âmbito governamental, nas suas três esferas, como ao âmbito da sociedade civil, englobando organizações não governamentais, fóruns de discussão, conselhos e câmaras de pactuação que realizam, com sua atuação, a política de assistência social.

### **A informação no SUAS: A REDE SUAS**

A organização e a utilização da informação, com o suporte do aparato tecnológico, já é um domínio do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Configura-se hoje como um potente instrumento contra as práticas rústicas de gerência que já acarretaram uma significativa carga de riscos e erros na produção de dado e informação nessa área, para além de morosidade de fluxos, improvisos e grave ausência de conectividades.

Como é sabido, a assistência social conforma, junto com as políticas de saúde e previdência social, o campo da seguridade social brasileira segundo as disposições da Constituição Federal. Diversamente das outras duas áreas, essa política pública inicia somente agora, alguma associação expressiva com as possibilidades ofertadas pelas confluências entre tecnologias. As políticas de saúde e previdência social há décadas já tiram partido de uma evolução de base tecnológica, com sua incorporação a todas as dimensões das organizações vinculadas ao seu campo de atuação, inclusive com uma conseqüente ampliação de conectividade entre os entes da federação, possibilitada pela convergência de vários dispositivos.

No caso da saúde, mais especificamente, é fácil observar hoje um fantástico parque de programas e sistemas que sustentam o desenvolvimento da política, comprovando que

esse é um paradigma de gestão em plena assimilação no campo da proteção social. É com base na obrigação legal<sup>4</sup> que foi organizada a construção de novos parâmetros na área de sistema de informação, consolidados no DATASUS, Departamento de Informação e Informática do SUS, criado em 1991, como Departamento de Informática do SUS. A tarefa básica desse órgão, prevista em seu decreto de criação, é *desenvolver, implantar e operar sistemas de informação relativos às atividades finalísticas do SUS, em consonância com as diretrizes do órgão setorial*<sup>5</sup>, o que tem sido regidamente alcançado. Em julho de 2003, muitos anos depois da produção dos primeiros sistemas de informação da Saúde, o Ministério da Saúde (MS) lança a discussão de uma Política Nacional de Informática e Informação em Saúde<sup>6</sup>, onde se vê ampliada essa função. Agora o debate é acrescido da intenção de propiciar regras para gerir o processo de informatização do trabalho na área da saúde, visando conseguir novos índices de eficiência e qualidade permitidos pela tecnologia e produzindo informação de maior confiabilidade para gestão, geração de conhecimento e controle social<sup>7</sup>. Compartilhando idéias com a equipe do MS, e considerando a propícia condição de política que se (re) constrói, as providências para a disseminação do sistema de informação do SUAS são iniciadas exatamente pelo esboço desse debate na área da assistência social, que define as diretrizes para uma política de informação para o SUAS, a ser materializada em seu sistema de informação. Observa-se que essa foi e é uma alternativa, além de possível, consideravelmente vantajosa.

O SUAS funda-se na idéia não apenas de um novo modelo de gestão, diferenciando-se de qualquer iniciativa nesse campo, mas na noção do direito à proteção social ancorada na cidadania, abandonando as práticas minimalistas de atenção social ao requalificar essa política de seguridade social como dever do estado na direção da universalização. Desta forma, a definição de políticas de informação, que consideram a tecnologia como um veículo de promoção da cidadania, tornou-se fundamental para o alcance de tal escopo sob a inspiração de uma gestão democrática.

Entretanto, quando se apregoa esta importância, é necessário reforçar que a questão não se reduz à absorção de equipamentos e recursos físicos da tecnologia da informação para a área. Trata-se, especificamente, da associação entre este conjunto abrangente de

---

<sup>4</sup>A Lei Orgânica da Saúde, Lei 8080/90, é clara ao definir, em seu capítulo IV – Das Competências e Das Atribuições – Seção I, inciso IV do artigo 15, a atribuição do âmbito administrativo, ou seja, do âmbito dos gestores da política, em organizar e coordenar os processos e os fluxos de produção, tratamento e disseminação da informação em saúde.

<sup>5</sup> Art. 2 do Decreto 100 de 16/04/1991.

<sup>6</sup> Ver: [politica.datasus.gov.br/PoliticaInformacaoSaude29\\_03\\_2004.pdf](http://politica.datasus.gov.br/PoliticaInformacaoSaude29_03_2004.pdf)

<sup>7</sup> Ver mais em: <http://w3.datasus.gov.br/datasus/datasus.php?area=363A6B0C0D0E0F363G6H0I1Jd6L7M0N&Vinclude=../site/texto.php>

potencialidades tecnológicas com intencionalidades políticas e técnicas claras, não sobredeterminada exclusivamente pelos imperativos da competência, mas sim pela necessidade de cooperação e de superação de desafios da realização de tarefas, sempre iluminadas por princípios e diretrizes da política e pelos parâmetros da informação. É o processo onde se transforma a informação agregada em uma informação social útil e utilizável.

O quadro incide positivamente em todos os processos que caracterizam a gestão da política, ao exterminar duas particularidades historicamente danosas para essa área: de um lado, a automação de processos como item periférico na agenda propositiva de prioridades, no nível de administração nas diferentes esferas de governo, e, de outro, o registro manual das volumosas operações dos serviços socioassistenciais produzindo, na maioria, resultados pouco confiáveis ou mesmo incongruentes com os *targets* político-institucionais. Nesse sentido, certificou-se que as melhores ferramentas informacionais para a assistência social deveriam ser as projetadas em um sistema de informação de grande extensão e complexidade, que possibilitasse, categoricamente, a subversão desses aspectos.

Seguramente, o uso das tecnologias da informação como esteio para a gestão e para a realização da atividade socioassistencial de *per se*, proporciona ainda o alcance de três objetivos nucleares. Primeiro, o extraordinário incremento nos níveis da qualidade de acesso e oferta deste direito social e na sua administração. Segundo, a identificação das novas competências essenciais para que a gestão da política possa atingir seus objetivos e para o enfrentamento dos desafios no campo das questões sociais. Terceiro, a oportunidade de manusear os dados produzidos para apreender a composição correta da assistência social como política social, em suas características gerais e seus elementos singulares. Essa apreensão, por sua vez, é imprescindível para a análise da dinamização das novas bases políticas e institucionais sobre as quais está se erigindo a gradativa universalização do direito à assistência social e, conseqüentemente, da proteção social no país.

Desta forma, propor a informação como um componente do processo de gestão e controle social no SUAS gerou a necessidade de pensar os parâmetros de sua realização, visto que, nessa pauta, comparecia também a urgência de provocar o repensar das práticas e, a partir daí, auxiliar em seus processos incrementais e de amadurecimento político. Neste sentido, construir um sistema de informação qualificado para tanto significou reconhecer, de saída, que, tratada e assimilada, e, portanto, qualificada, a informação pode tornar-se um componente para a produção de conhecimento, evitando o sombreamento que tanto já

assinalou essa área, modificando o estoque dos saberes e, conseqüentemente, do alcance da política. Por isso, essa combinação precisa ser ininterruptamente considerada na conjuntura de relações e de finalidades em que o sistema está sendo desenvolvido, e diante de situações e opções que contraditoriamente irão caracterizá-lo indistintamente.

Os princípios constitutivos do sistema de informação do SUAS foram concebidos considerando: 1) a estrutura de funcionamento da assistência social na ordem de um Sistema Único, com métodos mais ágeis, transparentes e compartilhados, 2) o envolvimento de todos os atores previstos e seus relacionamentos e 3) as demandas afetas à operação da política. É possível afirmar, nessa linha de argumentação, que a incorporação (e a sedimentação) deste campo informacional para a área da assistência social é constitucional ao SUAS e se traduz em um dos maiores e mais condizentes investimentos de suporte à sua realização.

Às estratégias projetadas para a implantação do SUAS, acopla-se, seguramente, a construção de tal suporte. Por isso, de maneira inédita, a gestão da informação integra a agenda estratégica da Secretaria Nacional de Assistência Social e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A REDE SUAS, o sistema de informação do SUAS, compõe o cotidiano de quem opera a política de assistência social no Brasil e de quem a defende em seu estatuto de direito social. É uma das iniciativas que está no centro das providências para a construção do sistema, porque configura uma vertente de administração nessa área completamente inexistente até então. Nivelado justamente com as estratégias e objetivos da Política Nacional de Assistência Social, a REDE SUAS foi projetada, e está sendo desenvolvida, para o suporte à gestão, financiamento e controle social, o monitoramento e avaliação de programas, serviços, projetos e benefícios, alcançando integralmente essa política pública. Na verdade, tornou-se imperativo para a realização da Política Nacional de Assistência Social e dos preceitos da Norma Operacional Básica, avançar estrategicamente na direção de seu desenvolvimento.

Tal modulação corresponde a um alto grau de complexidade e possui elevadas funcionalidades, sendo incorporada como uma das competências centrais dos órgãos gestores nos três níveis de governo.

Com isso, possibilita-se, entretanto, uma substancial e decisiva alteração em torno da realização de políticas estratégicas de monitoramento e avaliação, a serem desenhadas como meio de aferir e aperfeiçoar os projetos existentes, aprimorar o conhecimento sobre os seus componentes e sua execução, e contribuir para seu planejamento, tendo como pano de fundo uma extraordinária contribuição aos escopos institucionais. Essa alteração não se

realiza plenamente, como se sabe, sem um consistente e organizado trabalho com os dados que se produz, e que são produzidos, no sentido de revelar as alternativas, os resultados e a realidade, sem dificuldades. Nessa direção, a prática do controle social passa a contar com robustas potencialidades para cumprir-se imediatamente em um novo patamar, com condições de extrair, nas informações fornecidas, maior de precisão para a sua ação, para o estabelecimento de seus compromissos públicos, e para a mensagem de seus resultados, visando o aprimoramento e a sintonia da política com o direito social.

No bojo desse projeto está a reversão das tendências que caracterizaram experiências anteriores: centralização de informações e de dados no nível nacional; a utilização dos suportes tecnológicos estritamente no nível operacional; dependência externa de consultores e empresas privadas; inexistência de pessoal ocupado na área de sistemas, entre outros.

A motivação da construção de um sistema para a área da Assistência Social se consagra, principalmente, pela necessidade de acessar diversas funções que implementem e incrementem o 'negócio' da assistência social no seu atual estágio. Por isso mesmo, a construção de um sistema de informação que compreenda as especificidades das ações de proteção social básica e especial de alta e média complexidade, que reflita a sistemática operacional adequada à natureza e a gestão de cada ação e que considere as regras de gestão financeira e administrativa requisitou (e requisita ainda) criteriosas análises. Essa operação envolveu aspectos técnicos, sociais e políticos, considerando inclusive os níveis de impacto em todos os setores de relevância no desenvolvimento da política e, sobretudo, na aferição de seus níveis de resolutividade. Confluir complexidades tecnológicas e com simplificações operacionais delas decorrentes, facilitando o cumprimento das regras atuais e descerrando elementos centrais e contraditórios da execução da política pública, nunca antes certificados na gestão da política, significa um marco do sistema único.

Algumas iniciativas já dão idéia da importância desse processo de gestão da informação: duas pesquisas estão em curso, em parceria com o IBGE, e serão apresentadas no final de 2006 e início de 2007. A primeira comparece a todos os órgãos gestores municipais do país e indaga sobre a sua completa situação, desde condições de funcionamento até as que se referem às suas ações: corresponde a um suplemento assistência social vinculada à pesquisa informações básicas municipais, conhecida como MUNIC; e a outra corresponde ao censo de toda a rede executora não governamental prestadora de serviços socioassistenciais, indagando sobre as suas condições atuais de funcionamento e atendimento. Os dados daí resultantes abastecerão o primeiro mapa integral da oferta dos serviços em todo o território

nacional, que nos equipa com dados completamente inéditos para avaliar, decidir e planejar.

Quando incluída como um *instrumento de gestão* pela Norma Operacional Básica do SUAS, a constituição dessa área específica -a gestão da informação-, exigiu a tarefa de equacionar idéias-base contendo os termos, diretrizes, princípios, usos, usuários e o padrão nacional (e eletrônico) em torno da consolidação deste novo conceito no setor, de forma que esse projeto pudesse não só alcançar todos os setores da política de Assistência Social mas, sobremaneira, privilegiasse o acesso de seus usuários ao seu direito.

Nesse sentido, a Secretaria Nacional de Assistência Social realizou, em novembro de 2005, a 1ª. Oficina Nacional sobre Gestão da Informação em Assistência Social<sup>8</sup>, com a participação de estados e municípios exclusivamente para inaugurar este debate e apresentar a proposta da REDE SUAS. Durante o evento os debates foram organizados, de modo exclusivo, para refletir e decidir a respeito do que se pretendia com o sistema e com a gestão da informação, respeitando-se a perspectiva enunciada na NOB/SUAS, ou seja, o escopo foi ponderar as condições estruturais e político-institucionais de um sistema que deveria servir às operações de gestão, controle social, monitoramento e avaliação do SUAS e que se realizasse de forma coletiva. Os resultados desta oficina delimitaram um ideário sobre as finalidades, as linhas diretivas, os padrões e protocolos, as estratégias e os usos e usuários potenciais da informação em assistência social. A seguir, um condensado dessa matéria:

### **Finalidade do Sistema de Informação do SUAS– REDE SUAS**

- ♦ Organizar a produção, o armazenamento, o processamento e a disseminação dos dados e da informação disponibilizando-os na ótica da garantia da cidadania;
- ♦ Dar suporte à operação, à gestão, financiamento e controle social do SUAS, ao monitoramento e avaliação de programas, serviços, projetos e benefícios contemplando os diversos integrantes dessa política pública (gestores, técnicos, usuários, entidades, conselhos e sociedade);
- ♦ Trabalhar dados operacionais e gerenciais visando a criação de indicadores de processos e resultados e as análises daí decorrentes;
- ♦ Identificar e conhecer o usuário da assistência social e seu movimento no campo da proteção social básica e especial;
- ♦ Gerar e gerir subsídios para a implantação de uma política articulada de informação que realmente promova novos patamares de desenvolvimento da política de assistência social no Brasil, na perspectiva da integração das ações a serem realizadas e dos recursos a serem utilizados, facilitando a participação, o controle social e uma gestão otimizada da política;
- ♦ Democratizar a informação, na amplitude de circunstâncias que caracterizam a política de assistência social, desenvolvendo sistemas de informação que serão base estruturante e produto do Sistema Único de Assistência Social e na integração das bases de dados de interesse para o campo socioassistencial;
- ♦ Integrar dados e informações dos três níveis de gestão, garantindo uma perfeita comunicação entre os entes federados e criando uma base de dados específica e corporativa da área;
- ♦ Prestar contas à sociedade.

---

<sup>8</sup> Sobre isso ver: [http://www.mds.gov.br/ascom/hot\\_site/Hot-suas/oficina.asp](http://www.mds.gov.br/ascom/hot_site/Hot-suas/oficina.asp)

### Linhas diretivas

- ♦ Alinhamento com as estratégias, os objetivos e os imperativos da Política Nacional de Assistência;
- ♦ Respeito às especificidades regionais e locais e aos sistemas desenvolvidos em todas as esferas de gestão;
- ♦ Trânsito da informação em todos os níveis gerenciais (técnicos, gerentes e gestores);
- ♦ Compreensão que o sistema de informação do SUAS não se resume à informatização e/ou instalação de aplicativos e ferramentas computacionais, mas afirma-se também como uma cultura a ser impregnada na gestão e no controle social;
- ♦ Compromisso com fidedignidade, consistência e confiabilidade de dados, bem como dos resultados produzidos (já que incidem diretamente na vida do usuário) inclusive prevendo e respeitando o princípio ético através do sigilo das informações legalmente instituído;
- ♦ Integração e disponibilização na rede internet para alcançar órgãos gestores, conselhos, rede de entidades, sociedade, usuários da política de assistência social e ainda possibilitar a cooperação com outros sistemas com a garantia de acesso diferenciado entre esses;
- ♦ Previsão de escalabilidade o que implica em desempenho e capacidade sempre mais acrescida;
- ♦ Desenvolvimento de distribuída, disponibilizado majoritariamente via internet atendendo aos seus diversos utilizadores;
- ♦ Análise e tratamento dos dados, de maneira a permitir que a informação seja disponibilizada de maneira compreensível à população;
- ♦ Enfoque na transparência e na acessibilidade;
- ♦ Atualização sistemática e definida com gestores das três esferas

### Padrões e protocolos

- ♦ Uso de plataforma e padrões abertos preferencialmente com adesão a política de uso de “softwares livres” e padrões de interoperabilidade do Governo (e-ping) para a devida integração entre as três esferas de governos e a rede socioassistencial;
- ♦ Foco na construção de *web services* para troca de informações entre sistemas;
- ♦ Adoção de aplicações de acesso externo ao MDS utilizando a “Internet” como canal, mas sempre com uma proposta alternativa para atender as localidades com difícil acesso a esta tecnologia;
- ♦ Padronização de formato de comunicação entre os componentes de softwares e integração de sistemas e componentes (próprios e relativos) assim como de bancos de dados, aplicativos produzindo como resultado final aos usuários, uma visão de um grande sistema completamente integrado;
- ♦ Desenvolvimento do sistema com forte insumo de interconectividade e interatividade: interface *web*, projetada em duas esferas: uma versão internet e uma versão intranet;
- ♦ Identificação dos municípios com a chave única do número do IBGE;
- ♦ Utilização de identificação unívoca do usuário/família do SUAS, por exemplo, definir o NIS como referência;
- ♦ Utilização dos setores censitários para geoprocessamento dos dados;
- ♦ Atenção, nos aplicativos vinculados ao processamento de transações financeiras, aos padrões estabelecidos pelos órgãos de controle para prestação de contas;
- ♦ Unificação de termos e campos de entrada de dados considerando a regulação específica (portarias, decretos e resoluções) para a integração de dados e utilização de ferramentas de gestão padronizadas como planos e relatórios gerenciais.

### Estratégias

- ♦ Incorporar e sedimentar o campo *informacional* na área da assistência social;
- ♦ Respeitar a perspectiva de sistema em rede, favorecer a relação entre os setores e integração de vários instrumentos de produção, recebimento, armazenamento e entrega de dados e informação tendo como referência o desenvolvimento de sistemas dinamicamente inter-relacionados respeitando a organização específica, no caso, gestores, usuários, técnicos e a sociedade em geral;
- ♦ Respeitar à autonomia de estados, DF e municípios na construção de suas estratégias em consonância com as diretivas da REDE SUAS;

- ♦ Construir o sistema coletivamente (estados, DF e municípios) com a concepção metodológica para o processo de monitoramento e avaliação;
- ♦ Desenvolver o sistema, e os aplicativos que o compõem, de forma incremental e evolutiva;
- ♦ Estabelecer funções em dois níveis centrais: o nível do processamento de transações, através da aplicação dos conceitos e tecnologia da informação nos “negócios” da assistência social com a automatização das rotinas com padrão nacional e eletrônico; o nível de suporte gerencial e apoio à decisão, com uma variedade de possibilidades que favoreça gestores e sociedade civil e a prática de controle social;
- ♦ Desenvolver ferramentas orientadas a processos e resultados. O sistema deve permitir uma gestão focada nos resultados e nos processos, baseada no monitoramento e na avaliação constantes e nos procedimentos operacionais exigidos atualmente na consecução das tarefas cotidianas;
- ♦ Construir aplicativos e subsistemas flexíveis implementando padronização de dados e os fluxos de coleta e disseminação respeitando particularidades e diferenças regionais;
- ♦ Produzir tipologia padronizada de dados, respeitados os termos comuns e regulados pelos instrumentos legais do SUAS no âmbito da proteção social básica e especial de média e alta complexidade;
- ♦ Produzir e fornecer matriz básica de informação (cesta de indicadores) a ser utilizada pelas três esferas de governo.
- ♦ Favorecer a instalação de nova cultura de gestão com metodologias e rotinas operacionais automatizadas substituindo a utilização de planilhas, tabelas e relatórios e instalando a operação em rede;
- ♦ Comprometer-se com entrada e saída de dados gerando uma dinâmica de atualização e compromisso com a REDE SUAS;
- ♦ Utilizar novos padrões de comunicação que representem redução de custos e aumento de efetividade;
- ♦ Utilizar tecnologias de gestão eletrônica de documentos que permitem completa associação de fluxos de trabalhos a documentos gerados, armazenados, recuperados, alterados, eliminados, com registro de origem, responsabilidade, datas, etc.;
- ♦ Utilizar e integrar-se com os sistemas de informação das áreas complementares da Seguridade Social: saúde e previdência;
- ♦ Garantir aporte de recursos na estruturação dos sistemas, considerado como investimento no setor;
- ♦ Definir nas três esferas governamentais, informações fundamentais e alinhamento de conceitos para a gestão da informação;
- ♦ Garantir a discussão e formulação de propostas nas instâncias de pactuação e deliberação do SUAS;
- ♦ Realizar capacitação sistemática e continuada para os gestores estaduais e municipais da REDE SUAS.

### **Usos e usuários potenciais da informação**

- ♦ O Sistema de Informação deve ser estruturado correspondendo à organização da política pública de assistência social atendendo as necessidades informacionais de gestores, técnicos, entidades, sociedade civil e usuários;
- ♦ A conjunção e integração, de um amplo espectro de informações da assistência social no país ganham sentido e relevância salientando tanto o processo como os resultados das operações da política. Isso significa gerir e disseminar informações sobre ações específicas para gestores, entidades da rede de atendimento socioassistencial complementar, técnicos e sociedade em geral;
- ♦ O ambiente transacional da REDE SUAS deve responder às necessidades de *Processamento de transações financeiras* da política e ser acoplado aos processos de execução orçamentária e fluxo financeiro. Itens mais específicos para gestores e técnicos envolvidos no gerenciamento dos processos. Sistemas-espelho devem disseminar a informação produzida de forma transparente e aberta;
- ♦ *O suporte gerencial e o apoio a decisão*, essenciais para a organização da política sob a ótica do SUAS, deve ser formado por aplicações inerentes ao campo da gerência da política, dirigido para

os três níveis de gestão e para o campo próprio do controle social, os conselhos de assistência social e câmaras gestoras;

- ♦ Considerando a relevância dessa área para a realização da política, em conformidade com os dispositivos da LOAS, as funções definidas pela PNAS e os determinantes apontados na NOBSUAS, todo o volume de dados e informações das aplicações será espelhado em sistemas de consultas, disponibilizados na internet;
- ♦ A rede de atendimento socioassistencial deverá ser identificada em sistema próprio, recebendo e fornecendo insumos para outros aplicativos e ser estruturada em consonância aos dispositivos legais, e sua base cadastral estar disponível por meio do CADSUAS - Cadastro Nacional de Entidades Socioassistenciais;
- ♦ A REDE SUAS deve consolidar o cadastro de usuários, o cadastro de serviços, o cadastro de ações, programas e benefícios e investimentos realizados pelas três esferas, possibilitando a visibilidade das realizações locais e boas práticas;
- ♦ Projetar a incorporação de fluxo de atendimento físico (rede de entidades socioassistenciais) e execução financeira não vinculados ao co-financiamento federal.

### **Responsabilidades institucionais**

- ♦ O Sistema nacional de informação do SUAS é uma deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social e sua organização é responsabilidade do órgão gestor nacional em estreita parceria com estados, DF e municípios;
- ♦ União, estados, DF e municípios possuem a responsabilidade de construir coletivamente e co-financiar o Sistema nacional de informação, a REDE SUAS, em conformidade com as suas condições, respondendo proativamente às demandas para tal;
- ♦ O Sistema nacional de informação do SUAS, a REDE SUAS, é um sistema multicomposto e deve ser alimentado por subsistemas dinamicamente inter-relacionados e que respondem às necessidades de seus utilizadores, gerando insumos para as operações de gestão e para o controle social. A participação da união, estados, DF e municípios, é, neste sentido, fundamental ao êxito do Sistema;
- ♦ Os recursos de comunicação, informação e capacitação dos estados, DF e municípios devem operar na direção de consolidar o modelo descentralizado da assistência social, previsto na LOAS, ratificado na NOB e na regulação pertinente. Para tanto, união, estados, DF e municípios devem organizar-se, com a utilização de recursos financeiros e técnicos para tanto no âmbito da sua esfera de governo, para a consolidação da REDE SUAS no seu âmbito de atuação;
- ♦ Recomenda-se ao MDS a realização de oficinas específicas;
- ♦ Recomenda-se aos estados e ao DF co-financiar a implantação e garantir o funcionamento do sistema nos municípios (através de capacitação de recursos humanos, aquisição de equipamentos e acompanhamento); compatibilizar os sistemas estaduais ao modelo padrão definido pelo MDS; disponibilizar os bancos de dados corporativos aos municípios;
- ♦ Recomenda-se aos municípios co-financiar a implantação e garantir o funcionamento do sistema; alimentar e responsabilizar-se pela fidedignidade das informações do sistema; disponibilizar para a sociedade as informações sobre a aplicação de recurso e suas ações e monitorar e avaliar a rede socioassistencial para acompanhar a qualidade do atendimento oferecido aos usuários.

Estes resultados foram categóricos quanto à concepção que deveria nortear a gestão da informação na área e quanto aos parâmetros que balizariam o desenvolvimento das ferramentas tecnológicas específicas, visando o melhor contexto para a sua operacionalização. Delinearam respostas e definiram caminhos para arquitetar um sistema de informação para o SUAS. De fato, chama-se de sistema por conta da condição interativa e da perspectiva de rede de relações que determina em função da dependência recíproca entre

um conjunto de elementos - partes ou órgãos componentes dos sistemas -, isto é, subsistemas dinamicamente inter-relacionados com a organização específica, no caso, gestores, usuários, técnicos, rede de entidades executores de serviços socioassistenciais e a sociedade em geral.

Inovação de ordem complexa, a REDE SUAS, está sendo estabelecida em conformidade com esses pressupostos e com base nas 'regras de negócio' da política de Assistência Social. É desenvolvida obedecendo a escala dos processos que cercam a realização da política em todo o território nacional. O sistema permite que a gestão da informação se realize empregando meios para compor a associação entre os compromissos firmados e normas empregadas para a realização dos serviços e benefícios e as tecnologias de informação e comunicação. Nessa liga, procura-se, substantivamente, selecionar a informação proveitosa à organização para poder definir os melhores processos, agilizar procedimentos, fluxos e facilitando, por sua vez, a tomada de decisão que afeta todas as áreas e atores envolvidos nas operações da política. Para isso, e para que haja gestão da informação, foi (e é continuamente) indispensável modificar a forma de se orientar a ação de quem a produz, de quem a armazena, de quem a organiza e a classifica no setor nas esferas de gestão, pois uma premissa fundamental para que se possa conceber um sistema de informação de uma política pública, é pensar em informação como um direito do cidadão.

Devido a sua complexidade e dimensão, a arquitetura lógica da REDE SUAS foi desenvolvida em etapas. A etapa I, já atingida em uma importante parte e em desenvolvimento em outra, continha alguns alvos primordiais, de tão urgentes:

- Geração da base de dados corporativa do SUAS;
- Provimento de mecanismos a fim de facilitar e viabilizar a coleta de dados referentes à execução direta e às transferências para a rede executora do SUAS;
- Suporte à nova sistemática do Plano de Ação e da Prestação de Contas, definidos pela NOB/2005;
- Consolidação dos relatórios anuais com as informações da execução direta e das transferências para aprovação pelos Conselhos Municipais e pelo MDS;
- Comunicação, de forma automática e em tempo real pelo portal do MDS e pelo SUASWEB, dos pagamentos realizados;
- Realização de trocas e cruzamentos de dados com bases de dados externas, como as bases dos sistemas que operam o Benefício de Prestação Continuada - BPC e a base do Cadastro Único;
- Integração total entre todos os aplicativos integrantes da REDE SUAS;
- Criação do Cadastro Nacional de entidades do SUAS, e entidades certificadas e registradas do CNAS;
- Integração dos aplicativos responsáveis pela execução financeira com o sistema SIAFI;
- Permissão de acesso direto, via internet, aos estados, municípios e aos cidadãos em geral;

- Provimento de condições para o repasse de recursos fundo a fundo funcionar de forma regular e automática com execução financeira até o dia 10 de cada mês.

O desenvolvimento e adaptação da estrutura necessária à Rede SUAS, a fim de atender os objetivos definidos, foram idealizados a partir de soluções que ultrapassaram a adaptação dos sistemas existentes. As novas ferramentas desenvolvidas foram estruturadas e dispostas em dois grandes grupos de aplicativos ou subsistemas: o **Grupo de Suporte Gerencial e Apoio a decisão**, essencial para a organização e administração da política pública de assistência social sob a ótica do SUAS e para o campo decisório específico da área do controle social. A aplicação estruturante desse grupo é o SUASweb, sistema em operação desde 2004. O SUASweb é o ambiente de funcionalidades específico de gestão que compreende o Plano de Ação e o Demonstrativo Sintético de Execução Físico financeira além de informações sobre as contas correntes, saldos, repasses e cadastros e a importante disponibilização da base cadastral de todos os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC, localizada por município. Esse aplicativo representa, entre outros avanços, o bloqueio da chegada de milhares de processos de planos anuais e cerca de 15 mil processos de prestação de contas dos recursos de co-financiamento por meio físico, substituídos por preenchimento *online*. Para que se tenha uma idéia da adesão ao SUASweb, dos 5.160 Planos de Ação existentes (planos municipais e estaduais) em 2005, 95,8% (4.944 municípios) foram preenchidos e aprovados pelos respectivos conselhos, que possuem senha exclusiva para a devida apreciação. É importante observar que toda a sua operação tem regulação específica, que compreende as regras do SUAS, o que é comum a todos os aplicativos da REDE SUAS.

O segundo, o **Grupo Transacional** responde às necessidades do processamento de transações financeiras da política e sua operação é vinculada às operações internas da Secretaria Nacional de Assistência Social e Fundo Nacional de Assistência Social. Isso significa a realização automatizada dos repasses de co-financiamento estritamente dentro dos prazos regulados e com uma enorme agilização desses fluxos. Para ilustrar a relevância das funcionalidades desses sistemas, as operações de repasse que eram realizadas em dias e, por vezes ultrapassavam meses, hoje são consumadas em horas.

A REDE SUAS é integralmente desenvolvida com os recursos do MDS, por meio da Coordenadoria Geral de Informática (CGI/MDS), cuja assídua e hábil atuação nos proporciona lograr tamanho desafio. Isso significa, entre tantas vantagens corporativas, o desenvolvimento interno dos produtos, dispensando contratos abastados com empresas

prestadoras de tais serviços, bem como o desenvolvimento em plataformas mundialmente utilizadas, permitindo o crescimento das aplicações e com uso intensivo de softwares livres. Apresenta-se como um sistema multicomposto, alimentado por subsistemas dinamicamente inter-relacionados, que hoje já atendem os escopos dimensionados para a etapa I e está composta dos seguintes aplicativos, já em operação ou em desenvolvimento, projetados para atender os pressupostos acima elencados:

**O SUASweb:** sistema já em funcionamento no ambiente do MDS que vem sendo incrementado para atender os requisitos do novo modelo de gestão e as novas regras trazidas por este. Hoje está composto do plano de ação, do demonstrativo sintético físico financeiro, de informações essenciais para gestores: saldos, contas corrente, beneficiários do BPC, parcelas pagas contendo ordem bancária, data do pagamento, entre outros (sistema em funcionamento);

**O GeoSUAS, sistema de georreferenciamento e geoprocessamento do SUAS:** sistema totalmente aberto à população através da rede mundial de computadores. Desenvolvido com a finalidade de subsidiar a tomada de decisões no processo de gestão da política nacional de assistência social e resulta da integração de dados e mapas servindo de base para a construção de indicadores. Aborda os aspectos de recuperação e cruzamento de informações a respeito das ações e programas mantidos pelo MDS e variáveis socioeconômicas, ampliando a possibilidade de utilizar-se de operações geoprocessadas para a tomada de decisões (sistema em funcionamento);

**O InfoSUAS, sistema de informações de repasses de recursos:** sistema com acesso totalmente aberto à população através da rede mundial de computadores, disponibiliza informações sobre a cobertura e o detalhamento dos valores transferidos para os municípios, organizados por eixo de proteção social e por tipo de intervenção, por ano, município, estado ou região. É um sistema-espelho das operações do SUASWEB e sistema de gestão financeira (sistema em funcionamento);

**O CadSUAS, Cadastro Nacional do Sistema Único de Assistência Social:** sistema que comporta todas as informações cadastrais de prefeituras, órgão gestor, fundo e conselho municipal, rede de entidades executoras de serviços socioassistenciais e que possuem ou solicitam registro e Certificado ou Registro no CNAS e, finalmente, informações cadastrais dos trabalhadores do SUAS em todo o território nacional. O cadastro observará o aspecto cooperativo entre os aplicativos da REDE SUAS (sistema já prototipado e em desenvolvimento);

**O SigSUAS, o Sistema de Gestão do SUAS:** sistema que tem como objetivo a coleta, junto aos estados e municípios, de maiores dados sobre a execução física e financeira praticada por estes. Neste sistema, os gestores municipais e estaduais poderão administrar e informar as diferentes modalidades de execução direta e transferências para a rede executora do SUAS com dados vinculados ao atendimento da rede. Esses dados subsidiarão a emissão de relatórios consolidados anuais para aprovação junto aos conselhos municipais, CNAS e o MDS e resultará no relatório de Gestão (sistema em prototipação);

**O SICNAS e o SICNASweb, sistema de informação do Conselho Nacional de Assistência Social:** sistema de processamento das operações referentes ao CNAS, tem um módulo de

consulta web que permite o acompanhamento da tramitação dos processos de registro e certificação de entidades e impressão de certidões para interessados (módulo web já em funcionamento e módulo cliente servidor em desenvolvimento);

**O SISFAF, sistema de transferências fundo a fundo:** sistema que agiliza e moderniza os procedimentos de repasses de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social para os fundos municipais e estaduais. Operacionaliza os repasses por intermédio de transferências automatizadas de arquivos para o SIAFI. Toda a base de dados de pagamentos está disponível no sistema InfoSUAS (sistema em funcionamento);

**O SIAORC, sistema de acompanhamento orçamentário do SUAS:** específico para gestão orçamentária do recurso gerido pelo Fundo Nacional de Assistência Social. O sistema interage com o SISFAF e é alimentado pelos dados exportados do SIAFI que, após o devido tratamento, são atualizados tanto no SIAFI como o SISFAF (sistema em funcionamento);

**O SISCON, sistema de gestão de convênios:** é o sistema da Rede SUAS responsável pelo gerenciamento de convênios, acompanhando todo trâmite desde o preenchimento dos planos de trabalho, formalização do convênio e prestação de contas. O sistema conta com um módulo de pré-projeto (SISCONweb) disponibilizado na internet para o envio dos dados do convênio pretendido pelos estados e municípios, um módulo cliente-servidor e um módulo parlamentar, para a administração de emendas parlamentares (sistemas e módulos em funcionamento).

Estão em pleno curso muitas e meticulosas operações que suplantam o histórico de iniciativas inconsistentes ou frágeis nesse campo, para, resolutamente, dedicar-se a fundamentar institucional e politicamente, como nos chama a responsabilidade, as deliberações das conferências nacionais que durante esses quase 12 anos, sensatamente, avisaram das deficiências, alertaram sobre necessidades e avistaram os potenciais da LOAS, ao realizar-se. Nesse deslocamento, fundam-se domínios inaugurais no arcabouço da gestão, que deve estar consciente e aberta às possibilidades (e desafios) do tempo presente. O uso de tecnologias de informação e comunicação é exemplo singular nesse novo alicerce. Por isso que a associação da área da política pública com tecnologia e gestão da informação é uma condição essencial, e não acessória, do Sistema Único. Como condição essencial, então, deve contribuir para o revolvimento de uma cultura raquítica de gestão, enfocada e abafada em papéis e planilhas desconexas, infofóbica e morosa por concepção, e para o estabelecimento de uma lógica de ação suportada por padrões tecnológicos que incidam em incremento e destreza para todas as operações (gestão+financiamento+controle social) que envolvem a Política Nacional de Assistência Social e formatam suas ações precípuas.

Socializar o empreendimento da REDE SUAS, afora revelar seus méritos, manifesta a força de uma ação que, sendo coletiva e haurida em uma processualidade cidadã, ultrapassa projetos de governos ou interesses particulares, firmando-se como uma conquista a ser

defendida, um desafio a ser arrostado e uma aquisição a ser sempre incrementada.

## Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília.2004. Disponível em <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em 01 de junho de 2006

BOURDIEU, Pierre . A nova bíblia do tio Sam. **Le Monde Diplomatique**. Ano 1, n. 4, maio de 2000. Disponível em: <<http://www.diplo.com.br/aberto/0005/indice.htm>>. Acesso em: 01 de junho de 2002.

IANNI, O. As Ciências sociais na época da globalização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.13, n.37, jun. 1998.

MORAES, D. **O concreto e o virtual: mídia, cultura e tecnologia**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

OFICINA NACIONAL SOBRE GESTÃO DA INFORMAÇÃO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL, 1ª., 2005, Brasília. Documento final. Brasília, 2005. Disponível em < [http://www.mds.gov.br/ascom/hot\\_site/Hot-suas/redesuas/publicacao\\_final.pdf](http://www.mds.gov.br/ascom/hot_site/Hot-suas/redesuas/publicacao_final.pdf)>. Acesso em 01 de junho de 2006.

SCHAFF, Adam. **A sociedade Informática**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

TAPAJÓS, L; OLIVEIRA, H.; PAIVA, B. Fórum Nacional de Assistência Social online: um projeto de extensão e pesquisa do NETA/UFSC. In: **Encontro Nacional de Seguridade Social (2)**, 2001, Caderno de Comunicações. Porto Alegre, 2001.

TAPAJÓS, L. **Informação e Políticas de Seguridade Social: uma nova arena de realização dos Direitos Sociais**. São Paulo, 2003 (Tese – Doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

TAPAJÓS, L. **Calcular rotas: processo e resultados da gestão da informação do SUAS**. Brasília: Mimeo, 2005.

SANTOS, M. O recomeço da história. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2000. Disponível em < [http://www1.folha.uol.com.br/fof/brasil500/dc\\_3\\_1.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fof/brasil500/dc_3_1.htm)>. Acesso em 08 de junho de 2006.

SERAFIM, R. Sociedade em rede e novas tecnologias de informação e comunicação. In: **Revista Intervenção Social**, nov/02., n 25/26.Lisboa: ISSScoop, 2002.